

TEXTO DE POSSE - PRESIDÊNCIA DO TJES

AUTORIDADES:

- Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo: Des. Annibal de Rezende Lima
- Governador do Estado: Paulo César Hartung Gomes
- Presidente da Assembleia Legislativa: Erick Musso
- Integrantes do Pleno do Tribunal de Justiça
- Procuradora Geral de Justiça; Dr^a Elda Marcia Moraes Spedo
- Presidente do Tribunal de Contas do Estado: Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
- Prefeito Municipal de Vitória: Dr. Luciano Santos Resende

- Prefeito Municipal da Serra: Dr. Audifax Charles Pimentel
- Prefeito Municipal de Vila Velha: Dr. Max de Freitas Mauro Filho
- Defensora Pública-Geral: Dr^a Sandra Mara Vianna Fraga
- Membros da Magistratura, do Ministério Público, da Classe dos Advogados, da Defensoria Pública Estadual e Conselheiros do Tribunal de Contas
- Parlamentares Estaduais e Federais
- Prefeitos e Vereadores
- Integrantes do Clube da Amizade
- Pastor Doronésio Pedro de Andrade
- Irmãos da 1^a Igreja Batista de Vitória
- Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas

Eleito democraticamente pela unanimidade dos Desembargadores integrantes do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assumo, com muita honra e humildade, este elevado cargo com disposição ímpar na vida pessoal e profissional deste magistrado, e o faço unicamente voltado para cumprir as leis e as Constituições deste Estado e da República Federativa do Brasil, que há mais de 17 (dezesete) anos jurei cumprir fielmente.

Talvez até com mais entusiasmo, confesso, ao constatar que esta disposição emergente de agora, mesmo com o rápido passar dos anos, fez ressurgir o idealismo da juventude, retemperado pelo elevado grau de responsabilidade que as atribuições do cargo encerram.

É certo que vivemos um momento muito sensível na política brasileira, do qual não podemos fugir à reflexão.

É notório que o Brasil atravessa a mais grave crise política de sua história, mergulhado, infelizmente, em um profundo mar de lama, havendo a cultura da corrupção invadido todos os

Poderes e Instituições da República.

Lamento enfatizar que a imprensa do país, diariamente, noticia e divulga as inúmeras operações realizadas pelas autoridades policiais competentes, as quais autorizadas pelo Poder Judiciário e com a efetiva participação do Ministério Público, com o escopo de apurar e elucidar a autoria de inúmeras infrações gravíssimas, praticadas em detrimento do patrimônio público do Brasil, agravando consideravelmente a mais séria e grave crise econômica e administrativa até então já registrada nos anais de nosso País.

Após o desenrolar das investigações e de inúmeros julgamentos já concluídos, os cidadãos brasileiros assistem atônitos e profundamente decepcionados o resultado da conclusão de julgamentos finalizados em instâncias diversas, de inúmeras pessoas condenadas à prisão conforme diariamente noticiado pela Imprensa Brasileira.

Por seu turno, no decurso das devidas investigações e desde o famoso “Mensalão”, o

Poder Judiciário vem adotando uma postura enérgica, principalmente após o advento de legislação penal mais recente, que permite o combate à corrupção de forma mais célere e com elogiável eficácia.

Todavia, não são poucas as investidas desenvolvidas contra as instituições competentes, visando reduzir ou inviabilizar as referidas apurações, a partir principalmente da divulgação dos eventos criminosos, divulgados pela Mídia, alguns ainda em fase embrionária.

Felizmente, as Instituições têm reagido e resistido com bravura e altivez!

Os Magistrados, Procuradores da República e Agentes da Polícia Federal, encarregados da apuração dos delitos, apesar dos ataques, das iniciativas de criminalização de condutas típicas de julgar, não estão se intimidando ou se curvando às inúmeras pressões, possibilitando, destarte, que inúmeras pessoas até então rotuladas como intocáveis ou acima de quaisquer suspeitas, sejam regularmente responsabilizadas pelas condutas delituosas por eles praticadas.

Sintonizado com o grave momento, em que o Brasil atravessa, e à frente dos destinos deste Tribunal de Justiça, no próximo biênio, não me sinto envaidecido, mas, absolutamente comprometido com a confiança em mim depositada e acima de tudo consciente da importância e da responsabilidade de minhas atribuições funcionais.

Torna-se imperioso, portanto, que eu enfatize que o combate ao crime organizado e aos delitos de improbidade administrativa merecerão, em minha gestão, especial atenção e relevância, já que esta prioridade deverá ser realizada com a conjugação de todos os esforços necessários, com a união dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da OAB, da Defensoria Pública, das Instituições Polícia Federal, Civil e Militar, das entidades religiosas, enfim, de toda a sociedade civil organizada.

Saliento, contudo, que o maior desafio da minha gestão, para o qual envidarei todos os esforços, será fortalecer, qualificar e prestigiar a atividade-fim do Poder Judiciário, que é a de

solucionar os conflitos, mediante a prestação de uma tutela jurisdicional justa e efetiva, observada a razoável duração do processo.

Não descansarei um segundo sequer, enquanto houver providências e medidas administrativas que possam impulsionar a atividade jurisdicional no âmbito da Justiça Estadual do 1º e do 2º grau. Esse será o meu maior desafio como gestor do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

O jurisdicionado e sua ânsia pela justiça, será o alvo incessante de minhas ações à frente do Tribunal de Justiça.

E na busca pelo êxito em dar respostas aos jurisdicionados, que têm fome e sede de justiça, como está na Bíblia, pretendo buscar experiências positivas já consolidadas em outros Tribunais de Justiça, visando principalmente aprimorar a efetividade da tutela jurisdicional, com o escopo de agilizar o julgamento de todos os processos que tramitam em ambos os graus de jurisdição.

Outras vias de atuação por onde pretendo

incursionar serão o aprimoramento da conciliação, mediação e na correção de possíveis deficiências da estrutura dos Juizados Especiais, sintonizado que estou com o seu regular funcionamento e eficácia, dado que exerci com muita honra a função de Supervisor durante considerável lapso temporal.

Certamente surgirão ideias e projetos que serão sempre bem recebidos. Nesse sentido, priorizarei, com toda a determinação, a ampliação do processo eletrônico, tanto judicial quanto administrativo.

Para isso contarei, tenho certeza, com a contribuição de todos os Colegas do 1º e do 2º Grau, da AMAGES, do Sindicato e dos nossos diligentes e operosos servidores, pois o êxito das atividades jurisdicionais é do interesse de todos e uma obrigação daqueles que integram o Poder Judiciário Capixaba para com os nossos cidadãos e cidadãs.

Irei trabalhar incessantemente para adotar medidas administrativas que possam aprimorar o funcionamento deste Poder Judiciário, dentre

elas, a busca da celeridade e produtividade da prestação jurisdicional, a melhoria da gestão de pessoas e qualidade de vida, a adoção de soluções alternativas de conflito e, por fim, a priorização da Primeira Instância.

Dirijo-me, agora, aos meus valorosos colegas Magistrados e Magistradas.

Conheço-os muito bem, como poucos os conhecem, em razão de ter exercido várias funções estratégicas no Poder Judiciário Estadual: fui Supervisor dos Juizados Especiais durante aproximadamente 09 anos; Corregedor-Geral da Justiça durante o biênio 2010/2011; Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal Regional Eleitoral – biênio 2015/2016; e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – biênio 2016/2017.

Nesses anos todos, visitei, pessoalmente, várias vezes e por motivações distintas, diversos Tribunais Estaduais, os Tribunais Eleitorais brasileiros, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Não ignoro, pois, que os nossos Magistrados e servidores, estão na época contemporânea exercendo suas atribuições funcionais com acentuado sacrifício, sobretudo em face do grande déficit nos respectivos quadros e, por outro lado, o excessivo volume de demandas judiciais.

Atualmente, existe no Estado do Espírito Santo um acentuado déficit de servidores e de Magistrados, circunstâncias que infelizmente não permitem que o Poder Judiciário Estadual realize a prestação jurisdicional que desejaria em favor dos jurisdicionados, o que inclusive exigirá a ampliação dos estudos para a possível definição sobre o tamanho cabível e real de nosso Poder.

Todavia, também tenho conhecimento de que generalizadas são as queixas de que a Justiça é morosa. Com isso, estamos todos de acordo. A realidade, porém, não decorre da ineficiência da Instituição ou de seus membros, mas dos problemas das legislações vigentes, que se pretende aprimorar, nada obstante os desvios de conduta que, felizmente, são raros e isolados, e que, de resto acontecem também em outros segmentos da vida pública e privada.

Relativamente à lentidão dos julgamentos, causas diversas são as responsáveis pela referida morosidade na conclusão dos julgamentos.

Como é notório, ninguém pode atropelar as regras do processo, de observância obrigatória, sob pena, em muitos casos, da total nulidade dos atos processuais praticados.

O amplo direito de defesa, o contraditório e o devido processo legal são instrumentos inerentes à garantia constitucional que não podem e não devem ser violados. Não há como impedir que se recorra. Aí estão os recursos cujo número ultrapassa os limites do razoável.

As partes têm o direito de dispor plenamente deles. Há, no entanto, uma incontestável indústria de recursos protelatórios, que põem mesmo em xeque a efetividade da prestação jurisdicional.

Atualmente, sem relegar à lei objetiva, o Magistrado contemporâneo há de ter sensibilidade para conhecer os problemas que lhe são postos à apreciação.

Justiça sem compreensão humana, sensível, não será nunca Justiça. Será, sim, um repositório de normas objetivas, para cuja aplicação talvez nem se precise do Juiz.

O Juiz moderno fala, comunica-se com a sociedade e com a Mídia. Mas não deve ser estrela ou manifestar-se sobre o que está nos autos.

É diligente, preocupado com a rápida solução do processo. Comporta-se com urbanidade, respeitando todos os operadores do Direito.

Para ele não existem poderosos e nem diferentes. Há somente o cidadão que quer ser ouvido, respeitado e que vem ao Poder Judiciário em busca de Justiça.

Encareço portanto aos meus colegas Magistrados que, sintonizados com estes conceitos, permaneçam sempre vigilantes com os prazos processuais objetivando evitar os lapsos prescricionais, dando prioridade a instrução dos processos que apuram infrações que tipificam

crimes contra a vida, de corrupção, improbidade administrativa e também os praticados em detrimento do meio ambiente, do consumidor e dos crimes envolvendo violência doméstica, que infelizmente vêm aumentando atualmente.

Quanto mais conheço a Magistratura, sobretudo a Capixaba, mais tenho orgulho dela, pois estou certo de que é composta por homens e mulheres notáveis e detentores de veneráveis virtudes.

No que tange aos nossos servidores e servidoras, tenho a absoluta convicção que todos os nossos desempenhos, todas as nossas ações são dependentes da esmerada qualificação dos servidores da Justiça deste Tribunal, tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição.

Do seu eficiente e criterioso trabalho profissional, que muitas vezes a contabilidade dos feitos não registra, resulta a própria eficácia das decisões judiciais.

Aos servidores, darei a merecida atenção tanto no que concerne à modernização dos

métodos de trabalho, quanto no que se infere às condições de crescimento pessoal e humano, dentro da Instituição a que servimos, com indispensável dedicação.

Ao assumir a Presidência do Tribunal, que congrega todos os Juízes Estaduais, enfatizo que procurarei realizar uma gestão absolutamente transparente, viabilizando sempre um respeitoso e necessário diálogo, não só com os dignos e honrados colegas Magistrados e Magistradas, mas também com os nossos operosos e diligentes servidores, objetivando dentro da minha capacidade e observados os nossos limites orçamentários, amenizar e atenuar as deficiências existentes, sobretudo em razão da gravíssima e notória crise financeira que assola todo o Brasil.

Assim, não abrirei mão da união de todos – Juízes e servidores -, para o êxito de nossos propósitos. O respeito mútuo, a comunhão de esforços e a melhor prestação de serviços serão fundamentais para as respostas que a população espera de nós e por eles zelarei em todos os dias deste mandato que se inicia.

Não medirei esforços para buscar experiências positivas já consolidadas em outros Tribunais, visando principalmente aprimorar a efetividade da tutela jurisdicional, com o escopo de agilizar os julgamentos de todos os processos, que tramitam no Poder Judiciário Estadual, em ambos os graus de jurisdição.

Também não posso deixar de consignar, neste momento, minha enorme satisfação por estarem assumindo o cargo de Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça os ilustres Colegas Ney Batista Coutinho e Samuel Meira Brasil Júnior, ambos dignos de minha profunda admiração.

Dentre as inúmeras virtudes que ornamentam o caráter de ambos, são eles detentores de notória inteligência, vasta experiência e competência, e estou certo de que ambos muito contribuirão para o bom êxito da gestão que ora se inicia.

Estou convicto, nobres colegas, de que juntos realizaremos uma administração harmônica, participativa e de respeito mútuo.

Agradeço na sequência, profundamente sensibilizado, todas as considerações tecidas pelo Desembargador Adalto Dias Tristão, Decano desta Corte de Justiça, que me saudou em nome deste Sodalício.

Magistrado operoso e diligente, professor, autor de várias obras, detentor de notável conhecimento jurídico e inúmeras virtudes pessoais, com quem tive a honra de trabalhar no período em que ainda exerci o cargo de Promotor de Justiça e, posteriormente, durante longos anos quando juntos integramos a Segunda Câmara Criminal, por ele presidida, de forma operosa, equilibrada e diligente.

Agradeço-lhe as carinhosas palavras, registrando que elas foram por demais generosas e são, com certeza, derivadas de uma sólida amizade pessoal que existe entre nós e nossos familiares, já de longa data.

Enalteço e cumprimento ao eminente Desembargador Annibal de Rezende Lima, pela valorosa e corajosa gestão que realizou à frente de nosso Tribunal, realizando múltiplas ações

positivas, que ficarão de forma indelével registradas na história desta Corte de Justiça, que serão, certamente, referência no biênio em que estarei conduzindo o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, registrando também os meus profundos agradecimentos pelo compartilhamento de todos os esclarecimentos necessários para que juntos pudéssemos realizar uma transição harmônica, transparente e necessária, com a realidade do momento em que juntos vivenciamos.

Registro também os meus sinceros cumprimentos ao Eminentíssimo Desembargador Fábio Clem de Oliveira, por sua reconhecida e elogiada atuação funcional, no exercício de suas atribuições perante a Vice-Presidência, estando convicto de que não exagerei quando um dia aqui mesmo neste Plenário, enfatizei ser ele um Juiz exemplar.

Quero também cumprimentar o Eminentíssimo Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa pela eficiente gestão que realizou à frente da Corregedoria Geral da Justiça.

Agora, mergulho no passado, já que sou e sempre serei saudosista, para recordar-me da minha terra natal, Alegre, Cidade Jardim, terra hospitaleira e acolhedora.

Neste contexto, surgem-me lembranças das minhas primeiras letras e as preciosas lições recebidas pelos meus queridos mestres do Grupo Escolar “Professor Lélis”, e posteriormente no Colégio Estadual “Aristeu Aguiar”, educandário do qual eu tive privilégio de ser aluno e também professor, sendo impossível para mim, esquecer os valiosos ensinamentos que deles recebi, que muito me auxiliam nesta caminhada, ainda a ser concluída.

Falar de Alegre é recordar sempre com muita saudade e ternura os momentos inesquecíveis ali vivenciados, dos eventos sociais promovidos no meu querido Sport Clube Rio Branco, das solenidades e desfiles cívico-militares alusivas ao Dia do Estudante e também por ocasião da comemoração de nossa Festa Magna realizada no mês de agosto, data do aniversário da cidade, da inesquecível Banda Marcial “Aristeu Aguiar”, da Lira Carlos Gomes, do Conjunto “Ritmos de

Bossa”, enfim, das indelévels emoções vivenciadas em minha juventude, desfrutadas na minha querida Cidade Natal.

Na sequência, registro minha profunda gratidão a Deus, todo poderoso, Senhor dos Senhores, Mestre dos Mestres, que sempre esteve e está ao meu lado, iluminando-me e cuja presença poderosa percebo sempre, principalmente quando o desânimo e os embates da vida, procuram me envolver.

Agradeço também, profundamente sensibilizado, a cada um dos meus Eminentés e queridos Colegas Desembargadores, que faço questão de individualmente nominar, Adalto Dias Tristão, Manoel Alves Rabelo, Pedro Valls Feu Rosa, Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça, Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, Annibal de Rezende Lima, Ronaldo Gonçalves de Sousa, Fabio Clem de Oliveira, Samuel Meira Brasil Júnior, Ney Batista Coutinho, José Paulo Calmon Nogueira da Gama, Carlos Simões Fonseca, Namyrr Carlos de Souza Filho, Dair José Bregunçe de Oliveira, Telêmaco Antunes de Abreu Filho, Willian Silva, Eliana Junqueira

Munhós Ferreira, Janete Vargas Simões, Robson Luiz Albanez, Wallace Pandolpho Kiffer, Jorge do Nascimento Viana, Fernando Estevam Bravin Ruy, Ewerton Schwab Pinto Júnior, Fernando Zardini Antônio, Arthur José Neiva de Almeida, Jorge Henrique Valle dos Santos e Elisabeth Lordes, integrantes do Pleno que por unanimidade de votos me conduziram à Presidência desta Corte Estadual, depositando-me confiança que incansavelmente buscarei todos os dias honrar no exercício do honroso mister que me fora atribuído.

Registro também, por motivo de indeclinável gratidão, os meus profundos agradecimentos ao Ministério Público estadual, pela minha inclusão na lista sêxtupla, e ênfase ter sido para mim uma grande honra e um grande privilégio integrar esta honrada instituição por aproximadamente 26 anos.

Reitero também, nesta solenidade de posse, e de forma muito especial para mim e para minha família, a minha profunda gratidão ao Governador, Dr. José Ignácio Ferreira, que no mês de julho do ano 2000,

assinou o ato de minha nomeação para o cargo de Desembargador, possibilitando-me exercer diversas funções de destaque, no cenário jurídico deste Estado.

Concluindo, quero dirigir-me agora a minha família, o meu maior Tesouro.

Deus, todo Poderoso, Mestre dos Mestres, Senhor dos Senhores, proporcionou-me uma família exemplar, concedendo-me uma esposa extraordinária, companheira incansável em todos os momentos de minha vida, a quem agradeço o apoio, compreensão e especial carinho que vem me dedicando ao longo destes 38 anos de união, que tenho certeza tem sido profundamente abençoada por Ele.

Patrícia, ao assumir o cargo de Desembargador, concluí meu discurso citando Vinicius de Moraes: Dezesete anos depois também o faço com o mesmo entusiasmo e com a mesma energia: “Eu sei que vou te amar...”, por toda a minha vida.

Dirijo-me também, profundamente

emocionado, as minhas filhas Paula e Flávia, e aos meus genros Tiago e Rafael, pessoas que tanto estimo e que me estimulam a prosseguir em minhas lutas e conquistas.

Aos meus queridos netos, Bernardo, Gabriel, Pedro e Guilherme, um agradecimento especial por renovarem a minha vida. Eles me dão coragem para começar e recomeçar sempre.

Reverencio com profunda emoção a figura do meu saudoso pai, Laerth Paiva Gama, que tão cedo deixou o nosso convívio, ressaltando que sempre me espelhei em seu caráter honrado, em seu exemplo e em seus conselhos, todos ainda nítidos em minha memória, enfatizando que jamais conheci alguém que tenha amado tanto o Município de Alegre, como ele amou.

Enalteço também, a figura de minha querida genitora, Maria Celita Teixeira Gama, recordando-me os velhos tempos de sacrifícios, quando a sua palavra amiga, suas orientações preciosas, impediam-me de fraquejar, sobretudo quando inúmeros eram os desafios e obstáculos a serem ultrapassados.

Finalizando, peço escusas a todos por ter me alongado muito e agradeço, profundamente comovido, a presença para mim dos meus amigos mais próximos, de minha sogra, Dona Labib, dos meus irmãos, irmã, cunhados e primos, dos meus conterrâneos da minha querida cidade de Alegre, do Pastor Doronésio Pedro de Andrade e de todos os meus irmãos membros da 1ª Igreja Batista de Vitória, das autoridades presentes, dos meus Colegas Magistrados e do Ministério Público, dos advogados presentes, dos caros amigos integrantes do meu grupo de oração, e do grupo de amizade Professor Américo Menezes e de todos os assessores e funcionários integrantes deste Sodalício.

A todos, cujas presenças abrilhantaram e deram significativo enlevo a esta solenidade, o meu muito obrigado.

Que Deus continue a nos iluminar sempre!